

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Opinião JC	Seção: Voz do Leitor
Página: 11	Data: 31/03/2014

voz do leitor

É hora de dar um fim às organizadas

O terror que as torcidas organizadas estão implantando no nosso Estado não pode mais ser aceito. Acho que a Justiça deveria penalizar os clubes pelos

crimes cometidos por esses bandidos, só assim, com punições sérias, essa baderna acabaria.

☎ **Clélio Sá** - por telefone

Assunto: Torcidas organizadas – Pequenas brigas nas ruas da cidade	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Esportes	Repórter: Felipe Amorim
Página: 4	Data: 31/03/2014

esportes

Pequenas brigas nas ruas da cidade

Um Clássico dos Clássicos sem incidentes graves. Nos momentos que antecederam a partida e depois, até o fechamento desta edição, não foi registrada nenhuma grande confusão entre torcedores. A Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) informou que ninguém foi detido por envolvimento em casos de violência relacionados ao jogo.

Por volta das 15h, a reportagem do **JC** viu princípios de conflitos de torcidas nas proximidades do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, e do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), na Boa Vista. Ambos os casos aconteceram quando um grupo de alvirrubros se dirigia à Ilha do Retiro.

Houve correria e ameaças entre eles. Alguns torcedores chegaram a se armar com pedras e apontar rojões mas, efetivamente, não houve confronto. Uma viatura da PM passou pelos locais, dispersou os grupos, mas não deteve ninguém.

Antes disso, a equipe do **JC** percorreu a avenida Agamenon Magalhães e não viu nenhuma confusão ao longo da via e nas paradas de ônibus. Inclusive, encontrou com o ônibus do Náutico que se deslocou até o estádio sem proble-

Nas delegacias de plantão não foi registrada nenhuma ocorrência

mas. A reportagem acompanhou alguns grupos de torcedores rubro-negros que chegaram ao local sem baderna.

Nas delegacias de plantão também não foi registrada nenhuma ocorrência. O efetivo utilizado pela PM foi de 673 homens, sendo 195 dentro do estádio e 478 na área externa. Eles foram orientados a coibir qualquer aglomeração de torcedores que apresentassem comportamento inadequado ou oferecessem perigo à população.

Assim como nos últimos jogos a presença das torcidas organizadas nos estádios foi proibida por uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em vários pontos foram montados bloqueios policiais para tentar identificar se alguém estava com os uniformes das organizações.



CONTROLE Torcidas foram monitoradas mais uma vez pela PM

Guga Matos/JC Imagem

Assunto: 3ª Câmara Cível do TJPE – Abatimento nas inscrições de todas as empresas de construção do Cacepe	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 30/03/2014

política

Abatimento valeu para todos até 2012

O abatimento do Estado em parte dos impostos pagos pelas empreiteiras valia para todas as indústrias do setor em Pernambuco até meados de 2012, quando um imbróglio jurídico que se arrastava há anos, terminou com uma decisão da Justiça estadual negativa para as empresas. A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) forçou a Secretaria da Fazenda a “baixar” as inscrições de todas as empresas de construção do Cadastro de Contribuição do Estado (Cacepe), inviabilizando juridicamente a manutenção do desconto. Determinação obedecida por meio do decreto estadual nº 38.640 daquele ano.

A ressurreição em pedaços do benefício veio com o decreto nº 39.800, de 6 de setembro de 2013, assinado pelo secretário da Fazenda e pré-candidato ao governo do Estado, Paulo Câmara; titular da Casa Civil, Tadeu Alencar; e o pro-

curador geral do Estado, Thiago Norões; além do governador do Estado, Eduardo Campos. Cálculos apontando a renúncia fiscal provocada pela medida não foram concluídos, informou o Fisco.

“A Sefaz ainda não fechou esse número, uma vez que o benefício atinge uma cadeia de contribuintes, como de Indústria e de Atacado, e ainda não está fechado quanto esta cadeia movimentará em termos econômicos. Porém, a renúncia não é significativa”, apontou.

Na outra ponta, econômica, o benefício se justifica pela importância da Rnest para a vida dos pernambucanos. Sozinho, estima-se que é responsável por injetar R\$ 15,7 bilhões no PIB pernambucano. E ampliar em R\$ 5,7 bilhões os rendimentos das famílias. É classificado no meio técnico com um investimento estruturador, tamanho o impacto de sua instalação no Estado.

Assunto: TJPE aceita denúncia contra Daniel Coelho	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Repórter: Mariana Mesquita
Página: 3	Data: 29/03/2014

política

TJPE aceita denúncia contra Daniel



Richele Souza/JC Imagem

DEFESA Tucano alega que TCE não identificou irregularidades, mas erro de controle interno

JUSTIÇA Juiz José Viana acata ação do caso das notas frias

Mariana Mesquita
mmesquita@jc.com.br

O juiz José Viana Ulisses Filho, da 7ª Vara da Fazenda Pública, acatou a denúncia feita pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra o ex-vereador e, hoje, deputado estadual Daniel Coelho (PSDB), no escândalo das “notas frias” da Câmara do Recife. A ação do promotor do Patrimônio Público da Capital, Charles Hamilton, impetrada no dia 21 de janeiro, pede que o tucano seja condenado por improbidade administrativa. Segundo Hamilton, Daniel teria gasto R\$ 18,8 mil dos cofres públicos sem comprovação das despesas. O parlamentar alegou que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) já informou que houve um erro de controle interno, inocentando-o.

Junto com outros 17 políticos, Daniel é acusado de usar notas frias para comprovar despesas, na época em que era vereador do Recife. O caso foi revelado em 2007. Os processos tramitam individualmente, e ele é o segundo a ter a ação judicial instaurada – o primeiro foi o deputado estadual Silvio Costa Filho (PTB), que foi inocentado na esfera criminal, mas que ainda responde uma ação cível.

Com base em dados fiscais e bancários, inicialmente 26 vereadores foram envolvidos no escândalo das notas frias na Câmara do Recife. No caso de oito deles, o Ministério Público não chegou a encontrar elementos incriminatórios. Contudo, outros doze demonstraram uma evolução patrimonial incompatível com a renda declarada, o que indicaria apropriação de recursos públicos.

Em seu despacho, o juiz José Viana Ulisses Filho informa que a defesa de Daniel Coelho “limitou-se a questionar a perícia que instrui os autos do processo”, sem apresentar documentos e sem “firmar a convicção de que inexistia o ato de improbidade descrito”. Assim, o magistrado entendeu que haveria elementos para análise e julgamento do caso, o que será feito por ele, em primeira instância, cabendo ainda recurso.

Procurado pela reportagem do **JC**, Daniel Coelho afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça, mas que faltaria, apenas, realizar uma juntada de documentos ao processo. “O TCE já me inocentou sobre o caso, avaliando que não houve improbidade e sim erro do controle interno”, declarou o tucano.

ABSOLVIÇÃO

No mês passado, o deputado estadual Silvio Costa Filho foi inocentado do processo criminal no caso das notas frias da Câmara do Recife. Por nove votos a cinco, a Corte do TJPE absolveu o petebista. O julgamento de Costa foi adiado três vezes.

O principal argumento do relator do caso, o desembargador Alexandre Assunção, foi a falta de elementos probatórios que justificassem a pena de quatro anos e seis meses, solicitada pelo Ministério Público.

Assunto: Torcidas Organizadas	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção: jc nas ruas (Jorge Cavalcanti)
Página: 3	Data: 29/03/2014

jc nas ruas

Filantropia

No debate do sobre as chamadas torcidas organizadas, há sempre quem lembre da frase do presidente do Santa Cruz e vereador do Recife, Antônio Luiz Neto, para quem a Inferno Coral é uma instituição filantrópica.

Correção

No comentário da coluna de ontem, escrevi que a iniciativa do MPPE de incluir como réus os dirigentes dos clubes era um desdobramento de uma ação ajuizada em 2012. Na verdade, embora seja o mesmo assunto, trata-se de um novo processo.

Assunto: Torcidas Organizadas – Clubes esperam notificação

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Esportes

Repórter:

Página: 4

Data: 29/03/2014

esportes

Clubes esperam a notificação

ORGANIZADAS Incluído como réu em ação que investiga suas torcidas, trio de ferro da capital diz não ter recebido ainda o chamado judicial

Mesmo incluídos como réus pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e notificados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no processo que julga a proibição de suas principais torcidas organizadas em jogos no Estado, os dirigentes de Náutico, Sport e Santa Cruz afirmaram que ainda não foram notificados oficialmente, porém, se mostraram bastante tranquilos e comprometidos a respeitar a decisão do Judiciário, seja ela qual for.

No último dia 18, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife, Edvaldo José Palmeira, determinou em decisão liminar a proibição da Fanático, Torcida Jovem e Inferno Coral em dia de jogos dos clubes. Além disso, o magistrado exigiu que as três facções apresentem, em 30 dias, os cadastros dos seus membros à Federação Pernambucana de Futebol. Em caso de descumprimento, foi fixada uma multa de R\$ 5 mil.

Com a inclusão dos clubes como réus na ação civil pública impetrada em 2014, os dirigentes deverão impedir a entrada das organizadas nos jogos, sob pena de multa de R\$ 10 mil por partida. Em caso de doação de ingresso, haverá uma punição de R\$ 500 para



Diego Nigro/JC Imagem

JUSTIÇA Clubes foram incluídos como réus no processo que proíbe as organizadas em jogos

cada bilhete cedido. O despacho não faz nenhuma menção sobre vetar o uso de salas nas dependências dos clubes para os mesmos.

“O Sport ainda não foi citado, mas o que sei é para que os clubes se abstenham de determinadas práticas que mantêm as torcidas. Quando o Sport for citado nos manifestaremos. Mas garanto que somos contra a violência e o vandalismo”, afirmou o vice-presidente jurídico do clube, Arnaldo

Barros. A única “caridade” que os rubro-negros fazem, segundo afirmou Barros, é ceder salas para algumas organizadas. “É para a Jovem e outras também”, disse.

No Náutico, que recentemente se negou a dar ingressos e fornecer ônibus para a Fanático viajar a Sergipe em jogo válido pela Copa do Brasil, a ordem é cortar custos, incluindo o não financiamento das organizadas. “Temos que focar no essencial, que é pagar os sala-

rios dos funcionários do clube. Todo o resto é supérfluo”, afirmou o vice-presidente timbu Gustavo Ventura.

Por fim, o presidente tricolor, Antônio Luiz Neto, mesmo afirmando que o clube não tem a prática do “assistencialismo”, saiu em defesa das organizadas. “As torcidas do Santa Cruz nunca criaram problemas dentro do clube. Deve-se buscar a punição para os bandidos, dentro e fora dos jogos”, disse.

Assunto: Hora do adeus	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: Blog (Josué Nogueira)
Página: A4	Data: 31/03/2014



Hora do adeus

No fim de semana, Eduardo Campos foi a nove municípios onde cumpriu 11 compromissos. O ritmo, que já é frenético, será intensificado nesses cinco dias que antecedem sua saída do Palácio das Princesas. Hoje, o dia será encerrado com jantar oferecido a ele pelos Poderes Legislativo e Judiciário, às 20h, num restaurante em Boa Viagem. É o primeiro dos muitos eventos de despedida que devem ocorrer até sexta. Tudo sob holofotes da pré-campanha presidencial.

Assunto: A maratona de Eduardo antes da despedida

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Política

Repórter: Aline Moura

Página: A4

Data: 30/03/2014

política

A maratona de Eduardo antes da despedida

Na última semana de governo, socialista vai cumprir uma agenda intensa em vários municípios do estado

ALINE MOURA
alinemoura.pe@dabr.com.br

Depois de passar sete anos, três meses e quatro dias como governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) entrega o cargo na próxima sexta-feira, dia 4, para o vice, João Lyra Neto (PSB). A semana que se inicia neste domingo é a última de Eduardo como governador e a primeira na qual ele começa a dar passos largos - sem estar no cargo - para tentar chegar ao Palácio do Planalto. Ele é o primeiro pernambucano a entrar nessa disputa com a trajetória política toda construída no estado. O ex-presidente Lula nasceu em Garanhuns, no Agreste estadual, mas a sua formação política foi de São Paulo. A terra natal do senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), outro presidencialável, também é Garanhuns, mas ele tem domicílio eleitoral no Amapá.

Eduardo Campos vai cumprir a última semana do mandato sem agendas fora do estado, mantendo as articulações nacionais por telefone. Deste domingo até a próxima sexta-feira, ele deve visitar pelo menos 20 municípios, entre o interior e a Região Metropolitana do Recife, para inaugurar obras, incluindo sistemas de abastecimento de água, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e indústrias. Ele dará uma atenção especial ao prestigiar a abertura



EDUARDO BRAGA/SE



JAQUELINE NAIJA/DYDA PRESS



ALCIONE FERREIRA/DYDA PRESS



INES CAMPELO/DYDA PRESS

de indústrias em Vitória e Goiana, por exemplo, e à inauguração do Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru, um de seus principais investimentos da saúde no interior.

A carga de visitas ao interior reforça o início de sua primeira campanha, ainda em 2006, cujo mote era do "Sertão ao Cais", pelo fato de ele (então deputado federal e ex-ministro da Ciência e Tecnologia) ser mais conhecido nas cidades do interior que na capital, naquela época dominada pelo Partido dos Trabalhadores.

Entre uma agenda e outra, Eduardo Campos também foi convidado para participar, na noite desta segunda-feira, de um jantar com deputados estaduais e desembargadores. O evento será realizado no Spettus, a convite do presidente da Assembleia Legislativa e do presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Ricardo de Almeida, num esforço para mostrar sua boa relação com os outros dois poderes.

Segundo o secretário da Casa Civil, Tadeu Alencar, um dos principais nomes de confiança do governador, Eduardo também deve dar atenção especial aos de 50 anos da ditadura militar, assinando um decreto, mas o secretário não antecipou os detalhes. "Nós



temos um elenco de obras para ser inauguradas e o tempo é curto para cumprir tudo em tão pouco tempo", afirmou Tadeu.

Passagem de bastão

A semana também servirá para Eduardo fechar os últimos acordos com o vice João Lyra, que assume o mandato por nove meses. Até a última sexta-feira, ainda existiam 'nós' para desatar na relação de ambos, porque João Lyra pretende dar continuidade à gestão, mas também trabalha para deixar sua própria marca. Tanto que se especula, por exemplo, que ele deve mudar os secretários de Saúde e Educação,

respectivamente Antônio Figueira e Ricardo Dantas.

Quando assumiu o governo do estado, em 1º de janeiro de 2007, paralelo à segunda posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Brasília, Eduardo disse, da sacada do Palácio das Princesas, que não governaria em gabinetes, mas nas ruas. Ao olhar dos mais próximos, por sinal, ele cumpriu a promessa, terminando o mandato com mais de 80% de aprovação popular. "Vamos governar com o povo", afirmou durante sua solenidade de posse.

Já outros lembram que, naquela mesma data, também diante da multidão à frente do Palácio,

Quando assumiu o comando de Pernambuco, em janeiro de 2007, Eduardo Campos disse que não governaria em gabinetes, mas nas ruas.

o governador pediu coesão aos aliados - especialmente ao PT e ao próprio PSB - para "evitar o retorno daqueles que sempre quiseram nos dividir para reinar". Para Eduardo, há sete anos, os que queriam dividir eram o ex-governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) e o seu concorrente de campanha, Mendonça Filho (DEM), dos quais se aproximou. Os aliados, na época, eram principalmente os petistas, partido que agora seu maior adversário na disputa nacional. Sete anos, três meses e quatro dias, portanto, pode ser pouca idade quando se refere a uma pessoa - uma criança. Mas é uma vida na política.

Assunto: Desembargador Jovaldo Nunes	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: E2	Data: 30/03/2014

joãoalberto

**Ricardo Correia,
Jovaldo Nunes e
Stênio Neiva,**
em encontro jurídico
na semana que passou



NANDO CHIAPPETTA/DP/DA PRESS -

Assunto: Servidores militares estaduais	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Folha do Leitor	Seção:
Página: 7	Data: 30/03/2014

Folha do Leitor

Servidores militares estaduais

■ Lendo a carta intitulada "Servidores militares estaduais", publicada nesta Folha do Leitor quarta-feira passada, dia 26/03, de autoria do sr Virgílio J. Oliveira, reportando-se ao não reajuste da PAVP pelo governo estadual, verifica-se a desigualdade entre os poderes, já que os servidores militares estaduais não recebem o mesmo tratamento do

Poder Público. Tal fato se observa no teor da Lei nº 15.010, de 20/06/2013 (DOE de 21/06/2013), que publicou reajuste a remuneração dos Cargos do Poder Judiciário de PE em 7%, no Art. 4º da mencionada Lei, foi reajustada a parcela autônoma em 7%, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2013. De igual sorte, a Lei 15.013, de 20/06/2013

(DO de 21/06/2013), publicou um reajuste de 5% às PAVP dos integrantes do Tribunal de Contas do Estado, com efeitos financeiros a contar da data base fixada no Art. 8º-A, da Lei 12.595, de 04/06/2004 (1º de abril de cada ano). Em face disso, não para qualquer dúvida que os Servidores Militares são injustiçados e ignorados pelo próprio Estado.

**Lourival
Belarmino da
Silva -
Arcoverde/PE**

Assunto: Efetivo neste domingo será de 673 policiais	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Esportes	Seção: Gabriel Accetti
Página: 2	Data: 30/03/2014

Esportes

Efetivo neste domingo será de 673 policiais

GABRIEL ACCETTI

O Sport x Náutico deste domingo, na Ilha do Retiro, será o sexto clássico pernambucano disputado somente no mês de março. E o efetivo de segurança para o duelo, com 673 policiais, será o segundo mais baixo registrado deste período - o menor número foi de 641, no jogo entre Náutico e Santa Cruz, há uma semana, na Arena Pernambuco. Mesmo assim, a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) ressalta que houve um aumento de 23% no

número de policiais de serviço em relação ao último clássico entre rubro-negros e alvirrubros, realizado no dia 27 de fevereiro.

Para a partida das 16h, 195 PMs do Batalhão de Choque e da CIPCães foram destacados para atuar na parte interna do estádio. Na área externa, serão 478 pessoas trabalhando, com policiamento ostensivo sob responsabilidade do 12º Batalhão e o apoio de outras Unidades Operacionais e Especializadas, como BPTran, RPMon, Rádio

Patrulha, CIPMoto, além de PMs do Quartel do Comando Geral.

Será dada uma atenção especial aos principais corredores de acesso ao local do jogo, assim como nas áreas adjacentes, Terminais Integrados de Passageiros e nas estações do metrô. Em lugar das três viaturas utilizadas normalmente, o número subirá para nove. "Tal medida visa minimizar, dentre as ocorrências, aquelas envolvendo vandalismo nos coletivos que circulam na Região Metropolitana do Recife

(RMR)", informou a PMPE.

Após o jogo, equipes da Cavalaria reforçarão as vias de acesso. Ainda serão empregados na operação câmeras de videomonitoramento e um helicóptero do Grupamento Tático Aéreo da Secretaria de Defesa Social.

Desde o dia 19 de março, as principais torcidas organizadas dos grandes clubes da Capital estão proibidas de entrar nos estádios, de acordo com liminar expedida por Edvaldo Palmeira, juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública.

Assunto: Organizadas estão vetadas em Caruaru em 2014 - 5ª Vara da Fazenda Pública	
Veículo: folhape.com.br	Data: 31/03/2014
Editoria:	Seção:



Organizadas estão vetadas em Caruaru em 2014

A ação movida pelos caruaruenses foi uma cópia da confeccionada pelo promotor Ricardo Coelho, em 2012

O tempo parece ter fechado de vez para as torcidas organizadas. Assim como vem acontecendo em Recife, as facções uniformizadas também estão proibidas de entrar nos estádios em Caruaru. A ação foi movida pela Promotoria de Justiça da Cidadania, e está em vigor desde o início do ano, segundo informou o promotor titular Paulo Augusto Oliveira. Com isso, tanto a Inferno Coral como a Comando Alvinegro estão vetadas de entrar uniformizadas no Lacerdão, neste domingo, para assistir Central x Santa Cruz.

A ação movida pelos caruaruenses foi uma cópia da confeccionada pelo promotor Ricardo Coelho, em 2012, quando o magistrado pediu a extinção das organizadas. O processo caminha a passos lentos até hoje na 5ª Vara da Fazenda Pública, nas mãos do juiz Edvaldo Palmeira.

A única diferença dos vetos recifenses e caruaruenses é que em Recife as uniformizadas estão vetadas por tempo indeterminado, até segunda ordem. Em Caruaru elas estão barradas durante todo o ano de 2014. Ou seja, caso o Central se classifique para as semifinais, as organizadas estarão vetadas para os dois jogos, tanto de ida como de volta.

No restante, tudo igual. Paulo Augusto Oliveira e Ricardo Coelho são adeptos do mesmo estilo de “tolerância zero” com as uniformizadas. Tanto que a justiça de Caruaru desativou a sala que a Comando Alvinegro possuía no Lacerdão, uma tecla que Coelho sempre bateu: o corte dos “mimos e patrocínios” por parte dos clubes.

“O veto vigora desde o início do ano e vem dando muito certo. Sempre nos reunimos com os órgãos de segurança para haver sincronia nos procedimentos. Para este jogo entre Central e Santa Cruz não foi diferente. Até a sala da Comando Alvinegro nós já desativamos”, declarou Paulo Augusto Oliveira.

Assunto: Seguradora do DPVAT pode ser obrigada a custear perícia em vítima de acidentes - 4ª Câmara Cível do TJPE	
Veículo: NE10	Data: 31/03/2014
Editoria:	Seção:



Seguradora do DPVAT pode ser obrigada a custear perícia em vítima de acidentes



Para o TJPE cabe à seguradora demonstrar que não houve a invalidez permanente ou o grau de invalidez

Foto: Clemilson Campos/acervoJC Imagem

A partir de agora, as vítimas de acidentes de trânsito não precisarão mais custear o exame exigido pelo seguro referente a Danos Pessoais causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT) para receber o benefício. **A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu**, por unanimidade, que a empresa responsável pelo pagamento do seguro DPVAT poderá ser obrigada a custear a perícia para atestar e comprovar os ferimentos das vítimas ou grau de invalidez.

Por entender que o DPVAT é um seguro privado com finalidade social, o presidente do órgão colegiado, desembargador Jones Figueirêdo Alves, argumentou, em seu voto, que a obrigação de custear a própria perícia tornaria inviável o acesso da vítima à Justiça.

A decisão colegiada unânime foi no sentido de ser reconhecida a possibilidade de inversão do ônus da prova, cabendo, por isso, à seguradora, demonstrar que não houve a invalidez permanente ou o grau de invalidez. A sentença também fez referência à jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que admite a possibilidade da inversão do ônus da prova nos processos referentes ao seguro DPVAT.

IML - O relator do caso, desembargador Eurico de Barros Correia, também destacou a necessidade de ser facilitada a realização da perícia pelo Instituto de Medicina Legal (IML) para atender cidadãos em todo o Estado. Cabe ao Instituto fornecer, em 90 dias, laudo à vítima, com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. "Trata-se de uma injustiça manifesta que cidadãos em lugares do Sertão do Estado não possam ter a disponibilidade dos laudos, por dificuldades operacionais".

Assunto: TJPE aceita denúncia contra Daniel Coelho no caso das notas frias	
Veículo: JColine	Data: 31/03/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

TJPE aceita denúncia contra Daniel Coelho no caso das notas frias

Juiz José Viana Ulisses Filho, da 7ª Vara da Fazenda Pública, acata ação do caso das notas frias

O juiz José Viana Ulisses Filho, da 7ª Vara da Fazenda Pública, acatou a denúncia feita pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra o ex-vereador e, hoje, deputado estadual Daniel Coelho (PSDB), no escândalo das “notas frias” da Câmara do Recife. A ação do promotor do Patrimônio Público da Capital, Charles Hamilton, impetrada no dia 21 de janeiro, pede que o tucano seja condenado por improbidade administrativa. Segundo Hamilton, Daniel teria gasto R\$ 18,8 mil dos cofres públicos sem comprovação das despesas. O parlamentar alegou que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) já informou que houve um erro de controle interno, inocentando-o.

Junto com outros 17 políticos, Daniel é acusado de usar notas frias para comprovar despesas, na época em que era vereador do Recife. O caso foi revelado em 2007. Os processos tramitam individualmente, e ele é o segundo a ter a ação judicial instaurada – o primeiro foi o deputado estadual Sílvio Costa Filho (PTB), que foi inocentado na esfera criminal, mas que ainda responde uma ação cível. Com base em dados fiscais e bancários, inicialmente 26 vereadores foram envolvidos no escândalo das notas frias na Câmara do Recife. No caso de oito deles, o Ministério Público não chegou a encontrar elementos incriminatórios. Contudo, outros doze demonstraram uma evolução patrimonial incompatível com a renda declarada, o que indicaria apropriação de recursos públicos.

Em seu despacho, o juiz José Viana Ulisses Filho informa que a defesa de Daniel Coelho “limitou-se a questionar a perícia que instrui os autos do processo”, sem apresentar documentos e sem “firmar a convicção de que inexistia o ato de improbidade descrito”. Assim, o magistrado entendeu que haveria elementos para análise e julgamento do caso, o que será feito por ele, em primeira instância, cabendo ainda recurso. Procurado pela reportagem do JC, Daniel Coelho afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça, mas que faltaria, apenas, realizar uma juntada de documentos ao processo. “O TCE já me inocentou sobre o caso, avaliando que não houve improbidade e sim erro do controle interno”, declarou o tucano.

ABSOLVIÇÃO

No mês passado, o deputado estadual Sílvio Costa Filho foi inocentado do processo criminal no caso das notas frias da Câmara do Recife. Por nove votos a cinco, a Corte do TJPE absolveu o petebista. O julgamento de Costa foi adiado três vezes.

O principal argumento do relator do caso, o desembargador Alexandre Assunção, foi a falta de elementos probatórios que justificassem a pena de quatro anos e seis meses, solicitada pelo Ministério Público.